

Alongamento poderá ser voluntário

O Diretor do Banco Bozano, Simonsen, Eduardo Castro, acredita que o alongamento da dívida será voluntário. Segundo ele, à medida que o programa de estabilização da economia for apresentando resultados, o mercado financeiro se disporá a negociar um aumento de prazos da dívida do Governo. O Diretor do Bozano, Simonsen vê ainda com simpatia a possibilidade de volta das Letras do Tesouro Nacional (LTNs) com vencimentos semanais e mensais para ir, aos poucos, alongando os prazos de vencimento da dívida.

— Para o financiamento

que o Governo precisar fazer, ele pode recriar a ORTN, um papel com prazo de um a dois anos com correção monetária e juros negociados com o mercado — defende Eduardo Castro.

Ele adverte ainda que a taxação ou mesmo o fim dos fundos de curto prazo que estão sendo estudados pela equipe de Collor poderão provocar uma fuga maciça de recursos para o ouro e para o dólar, o que trará efeitos desastrosos para o programa de estabilização.

O Diretor do Banco Boavista, Roberto Castello Branco, se mostra cético quanto à possibilidade de

tributação sobre as aplicações de curto prazo e explica que a medida não poderá ser adotada este ano porque a Constituição determina que este tipo de mudança na tributação só poderá entrar em vigor no ano seguinte. A menos que se antecipe o novo ano fiscal de dezembro para junho com aprovação do Congresso Nacional, ressalva.

Castello Branco lembra ainda que as medidas de negociação da dívida pública só deverão ser negociadas quando ficar comprovado que o Governo está reduzindo o seu déficit.